



ENTRE PALAVRAS E PEDRAS ARQUITETANDO MEMÓRIAS E REMODELANDO A PAISAGEM URBANA: ANÁLISE DAS POLÍTICAS PATRIMONIAIS DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA (MG) ENTRE 1980 E 2010¹

■ WALKIRIA MARIA DE FREITAS*

■ LEONARDO CIVALE**

Resumo: O presente artigo apresenta uma análise sobre o processo de transformação da paisagem urbana provocado pelas políticas patrimoniais que visam à preservação de alguns bens, alçados à condição de patrimônios da cidade. Para tanto, o artigo está dividido em duas partes: na primeira, de caráter mais teórico, apresentamos uma análise do conceito de paisagem urbana e do papel das políticas patrimoniais nas transformações dessa paisagem. Na segunda parte, apresentamos dados empíricos relacionados a uma pesquisa cujo objeto de estudo foi a política patrimonial desenvolvida na cidade de Viçosa (MG) na virada do século XX para o século XXI. O foco das investigações do estudo vem sendo os usos da memória e de narrativas memorialísticas ou históricas por determinados grupos da população, bem como, pelas autoridades constituídas, como normativas para as políticas públicas de conservação e preservação do patrimônio e, conseqüentemente, de requalificação da paisagem urbana. Do ponto de vista teórico, o que o estudo em questão evidenciou foi que, a despeito da atuação de especialistas em usos da memória ou em dinâmicas do espaço urbano, as políticas públicas de patrimônio interpretaram e trabalharam a chamada consciência histórica tendo por base o senso comum. Neste sentido, a experiência histórica de introdução de políticas públicas de patrimônio investigada na cidade de Viçosa, responde a uma concepção de tempo como ideia de progresso que, de maneira direta ou indireta, orientou as políticas públicas de conservação e preservação do patrimônio histórico e cultural e a construção de paisagens urbanas, no Brasil, durante todo o século XX.

Palavras-chave: Patrimônio; Memória; Identidade; Paisagem Urbana; Cidadania.

Introdução_____

O presente artigo propõe uma análise do processo de transformação da paisagem urbana a partir das políticas patrimoniais que visam à preservação de alguns bens, alçados à condição de patrimônios da cidade. Para tanto, o artigo está dividido em duas partes: na primeira, de caráter mais teórico, apresentamos uma análise do conceito de paisagem urbana e do papel das políticas patrimoniais nas transformações dessa paisagem. Na segunda parte, apresentamos dados empíricos relacionados, de maneira geral, a um trabalho que vem sendo desenvolvido há quatro anos na Universidade Federal de Viçosa, em Minas Gerais, no âmbito do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania e, em particular, a um dos trabalhos defendidos no mestrado, cujo objeto de estudos foi a política patrimonial desenvolvida na cidade de Viçosa (MG) na virada do século XX para o século XXI. O foco das investigações vem sendo os usos da memória e de narrativas memorialísticas ou históricas por determinados grupos da população, bem como, pelas autoridades constituídas, como normativas para as políticas públicas de conservação e preservação do patrimônio e, conseqüentemente, de requalificação da paisagem urbana.

O primeiro resultado prático desse trabalho foi dissertação “A pena e o compasso: políticas públicas patrimoniais e a produção da paisagem urbana de Viçosa – MG, entre 1980 e 2010, Viçosa (MG)”². A essa primeira seguiu-se outra sobre o tema supracitado, mas que, no entanto, tinha a região do Bairro da Luz na cidade de São Paulo, como foco de investigação³. Tais dissertações se orientaram a partir de um mesmo recorte teórico e contribuíram, sobremaneira, com um material empírico para aumentar a cognição sobre o fenômeno social, mas, sobretudo, aprofundaram as questões teóricas sobre a maneira como este interfere na paisagem urbana. Considerando, portanto, a complexidade do fenômeno, o artigo traz a experiência dos usos da memória na produção da paisagem urbana da cidade de Viçosa, em Minas Gerais, e uma pequena contribuição teórica que tal experiência vem suscitando.

Do ponto de vista teórico, o que o estudo em questão evidenciou foi que, à despeito da atuação de especialistas em usos da memória ou em dinâmicas do espaço urbano, as políticas públicas de patrimônio compreenderam e trabalharam a chamada consciência histórica tendo por base o senso comum. Neste sentido, a experiência histórica de introdução de políticas públicas de patrimônio investigada na cidade de Viçosa nas

últimas décadas do século XX, responde à uma concepção de tempo como ideia de progresso que, de maneira direta ou indireta, orientou as políticas públicas de conservação e preservação do patrimônio histórico e cultural e a construção de paisagens urbanas, no Brasil, durante todo o século XX.

A paisagem urbana é sempre o resultado de um processo histórico e cultural. Um processo que envolve uma intervenção na paisagem por interesses, seja do poder público, seja do capital, seja de parcelas da população. Na maioria das vezes as grandes transformações ocorrem por intervenção do poder público ou pelos ditames do capital, ou, por vezes, de ambos atuando em conjunto. A elaboração de políticas públicas de patrimônio no Brasil vem sendo uma das formas de intervenção mais eficientes por parte do poder público pelo menos desde o final dos anos 30 do século XX. As políticas públicas de patrimônio envolvem diretamente a noção de consciência histórica ou uma discussão estética, portanto, tais políticas, sempre que postas em prática, atualizam a complexa relação entre a ideia de progresso e os conceitos de preservação, conservação ou reconstrução daquilo que se julga por vestígios do passado.

A ideia de progresso, gestada em um longo período que vai do Renascimento ao Iluminismo, é o resultado da

secularização do tempo. É importante ter em mente que para as sociedades ocidentais laicizadas, o advento da modernidade se confunde com o aparecimento do tempo linear. Os acontecimentos, a vida humana, as edificações, as civilizações, tudo, de uma maneira ou de outra, passa a ter uma existência concreta dentro de corrente de tempo linear que liga o passado ao futuro, passando pelo presente. Isto significa dizer que, no ocidente moderno, o tempo é o agente absoluto da transformação e, esse encadeamento do passado para o futuro, produz o que se poderia chamar de consciência histórica de sociedades que se movimentam ao longo do tempo. O resultado dessa noção de tempo como ideia de progresso deveria ser, indiscutivelmente, a valorização do presente e do futuro e a desqualificação do passado. No entanto, o passado adquiriu real importância, na medida em que, permite que uma linhagem se ancore na certeza das origens e, conseqüentemente, garante o sentido ao presente, mas, sobretudo, essa cadeia permite projetar as esperanças no futuro.

De certa maneira, é a consciência histórica, nascida no ocidente nos trezentos anos entre o Renascimento e as Luzes que, uma vez tornada concreta, vai dar origem às políticas públicas de patrimônio. Precisamente, em um

momento de grande aceleração histórica como a Revolução Francesa, em que a ruptura se radicaliza, é que vem à tona a preocupação de se conservar e preservar os vestígios do passado. Posteriormente, com a consolidação dos Estados Nacionais, uma vez que tais vestígios permitiriam jogar a luz sobre as origens, compreender o presente e, como uma corrente imaginária, projetar o futuro. As ideias de proteção do patrimônio se transformariam em políticas públicas dos Estados Nacionais.

Se levarmos em consideração o fenômeno político do Estado Nacional moderno na Europa e nas Américas e, o seu sucesso em todas as partes do planeta, no período posterior à Segunda Guerra Mundial, poderemos compreender não apenas as políticas públicas de patrimônio dos diferentes Estados Nacionais, como a estratégia da UNESCO ao construir o conceito de Patrimônio Mundial.

Não resta dúvida que a criação do Patrimônio Mundial pela UNESCO em 1972, galvanizou os interesses dos Estados Nacionais, ávidos por consolidar as identidades nacionais. Além disso, governos de importantes cidades ao redor do mundo viram nas políticas de patrimônio uma alternativa para requalificar centros urbanos em estado de abandono. Sem contar os interesses de órgãos governamentais voltados para o turismo, e de empresas privadas da área de

turismo que perceberam que a inclusão na lista da UNESCO significava potencializar os lucros com a atividade turística.

As políticas públicas de patrimônio se transformaram, ao longo de todo o século XX, em uma estratégia de atuação dos Estados Nacionais, sobretudo, no que diz respeito à memória e à identidade nacional. Tais políticas vão exercer também um importante papel na produção das paisagens urbanas nas grandes cidades espalhadas por todo o ocidente. Entretanto, as três últimas décadas do século XX e as duas primeiras do século XXI, assistiriam a uma verdadeira explosão de políticas patrimonialistas. Mesmo cidades médias e pequenas têm se lançado em uma corrida obsessiva em preservar tudo aquilo que diz respeito à memória e à identidade, ainda que, estas reproduzam as mais fantasiosas narrativas locais ou regionais.

Certamente, esse fenômeno não se resume aos aspectos meramente culturais, posto que, existe uma miríade de interesses, explícitos ou não, nas políticas de patrimônio. Todavia, há que se ressaltar aqui um determinado fenômeno cultural na era do capitalismo tardio: o alargamento do passado, ou dos passados e a perspectiva de futuro distópico. Segundo Gumbrecht a diferença do momento histórico de fins do século XX e início do século XXI para o auge da modernidade é, justamente, o fato

do futuro não se apresentar mais como um horizonte aberto de possibilidades, ao passo que o passado inunda o presente. Para o autor, o presente não passa de uma dimensão de simultaneidades e, tal fato ocorre pela multiplicação dos sistemas eletrônicos automatizados de memória⁴.

Ao se orientar por esta noção de história ou apenas pelo valor estético ou histórico do bem e não pela manutenção das funções do presente, as políticas tendem a gerar apenas contraproduzibilidade uma vez que, ou consagram os bens isoladamente e, conseqüentemente, desprezam o seu entorno ou, por não serem democráticas, não contam com o beneplácito da população.

Pelo fato da paisagem urbana se apresentar como materialidade histórica, bem como, uma espécie de texto ou como uma narrativa, esta sempre se revelou carregada das noções de pertencimento e identidade. Tais noções podem e devem ser alvo de políticas públicas de conservação e preservação. Aliás, no Brasil, se levarmos em conta a atuação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) – posteriormente transformado em instituto (IPHAN) - desde o final da década de 1930 as políticas públicas de patrimônio já vem interferindo na paisagem urbanas.

No entanto, em que pese a atuação dos poderes instituídos, agindo através das

políticas públicas de patrimônio, a ideia de se pensar a paisagem urbana como um texto ou como um recurso pedagógico de acordo com a ideia de progresso e a consciência histórica, remonta à década de 20 do século XX. Pensar o patrimônio como preservação e conservação de bens e como identidade nacional é apenas uma das muitas ideias que viriam à luz junto à enxurrada de ideias modernas egressas do período fértil e de profunda reflexão provocado pela Primeira Guerra Mundial.

Um dos autores que melhor sintetizou a ideia de consciência histórica gravada em pedra e cal foi o historiador e geógrafo Delgado de Carvalho. Para ele, o programa de História do Brasil, começaria com a História da Cidade. Nesta, os monumentos e os vestígios do passado espalhados pela paisagem urbana teriam um expressivo valor histórico, simbólico e, sobretudo, pedagógico. No primeiro parágrafo do prefácio do livro A História da cidade do Rio de Janeiro, ele revelaria o seu comprometimento com o papel pedagógico do patrimônio ao exaltar o seu valor didático:

É, pois, de grande valor didático que venha a ser preliminarmente dados aos alunos um apanhado histórico cujos elementos principais, locais, monumentos e vestígios, estão ainda às nossas vistas, ao alcance de nossos

sentidos e podem muito mais facilmente impressionar jovens imaginações, do que outras narrações, cujos quadros necessitam de um esforço do espírito para a sua reconstituição.⁵

No que diz respeito ao espaço, a história da cidade do Rio de Janeiro aparece como um belo cenário para o teatro da política. Em outras palavras, uma espécie de anfiteatro construído entre o mar e as montanhas onde o drama ou a comédia dos acontecimentos políticos vão ser encenados. A história política da cidade, cujo Rio de Janeiro, era um dos melhores exemplos, devia privilegiar as preocupações com a ideia de pertencimento.

A história do Rio de Janeiro não é a história de seus governadores, de seus vice-reis, de seus monarcas, presidentes e prefeitos: algumas datas célebres, alguns nomes importantes podem e devem marcar etapas na sucessão dos tempos, no desenrolar dos acontecimentos; mas os assuntos capitais dessa história são as condições de vida dos próprios cariocas, em diferentes épocas, suas tradições, seus costumes, seus usos, suas necessidades e suas festas.⁶

Para o autor o monumento se confundiria com o documento e, portanto, deveria ser analisado como tal. Delgado de Carvalho compreendia os monumentos urbanos como uma espécie de memória congelada em pedra e cal. A memória da população não estaria necessariamente relacionada à beleza arquitetônica ou à imponência do monumento, “mas, sobretudo, mais ao feixe de lembranças que se prendem às pedras superpostas, como raízes adventícias de hera, símbolo do tempo que passa, mas não morre na memória das coisas”⁷.

Desta feita, os monumentos no espaço da cidade seriam parte de uma pedagogia inscrita sob a forma de pedra e cal na paisagem urbana. Neste caso, o dever do mestre seria fomentar a imaginação dos estudantes no sentido de nutrir o espírito nacional e fortalecer a relação de reciprocidade e a noção de pertencimento entre a sociedade e a cidade.

Cada vez que pode um pensamento ou um acontecimento ficar ligado a um monumento histórico, é dever do mestre, procurar evocar nas jovens imaginações o quadro histórico que centralizou. É na interpretação destas páginas de pedra e de ferro que se gravam mais profundamente na memória os acontecimentos que tiveram real alcance.⁸

O trabalho do historiador e geógrafo, longe de ser uma exceção, refletia a concepção da historiografia do desabrochar do século XX: a historiografia que se confundiria com a ideia de progresso. Tal ideia de progresso e consciência histórica iria nutrir as concepções de patrimônio nacional institucionalizadas no SPHAN, na década de 1930. O tempo seria visto como uma cadeia que uniria presente, passado e futuro. No tempo como um continuum a explicação do presente estaria invariavelmente ligada ao passado. O passado seria parte de um corpo que cresce e evolui. Passado e presente estariam condenados a viver como irmãos siameses. Neste caso, a cidade seria a concretização na sua urbanização, nas suas realizações arquitetônicas, nos seus monumentos, dos desígnios da nação. No espaço concreto da cidade estaria, portanto, inscrita a genealogia da nação. Saber ler e interpretar as paisagens urbanas coalhadas de monumentos que encarnam a história da nação seria a máxima expressão de um dever cívico. Amar a cidade, os seus monumentos e reconhecer os esforços sobre humanos para transformá-la em um cenário da civilização ocidental seria o primeiro passo para amar a nação. Caberia, portanto, ao mestre o papel não apenas de intérprete e conhecedor da paisagem urbana, mas, sobretudo, daquele que seria

capaz de fazer florescer, através da paisagem urbana, o amor pelas coisas da pátria. Tal amor fraternal seria uma realidade concreta, na medida em que, o mestre fizesse brotar na criança o sentimento de solidariedade e pertencimento, o cimento necessário para a construção da nação.

A história da nação teria o condão de despertar a verdadeira “comunidade imaginada”⁹.

Ao mestre a quem cabe o primeiro ensinamento de história nacional a uma criança, é dada uma missão sublime: é o despertar de uma inteligência, o desabrochar de uma alma às coisas da Pátria [...] Ao amor e à dedicação é necessário juntar-se o entusiasmo: aí nestas horas decisivas da vida do cidadão, deve vibrar a corda sensível da solidariedade nacional. A criança deverá ter a compreensão de que faz parte de um todo, uma nação, e que se acha ligada a um longo passado, representado pelos que lhe prepararam a sua missão. Esta solidariedade com o passado, evocando responsabilidade no futuro, é o laço mais forte do patriotismo. Raça, língua, religião, nada pode lhe ser comparado em força de coesão, para a criação de um espírito nacional.¹⁰

A história da cidade como a narrativa do moderno_____

Se os períodos de crise reforçam a procura por identidade, esta, por sua vez, tem o condão de despertar as forças que se encarregam de memórias que permaneciam adormecidas. O que se procura investigar é a relação entre a emergência da memória e a questão da identidade. A busca ávida por identidade, ou a reconstrução do saber como base na escala local da história da cidade é quase um mantra em um cenário de modernização.

Curiosamente, no entanto, o mesmo fenômeno que provocou a emergência de uma geografia histórica também conduziu ao afastamento dos pressupostos teóricos e metodológicos das ciências históricas. Por um lado, este mesmo movimento, levou o saber geográfico a se aproximar da filosofia da história, por outro, levou o mesmo saber a privilegiar a história dos acontecimentos. A história positivista consagrava o fato e se sustentava numa crença ilusória da cronologia dos acontecimentos. Em outras palavras, o “calcanhar de Aquiles” da narrativa do moderno é ter se aproximado da filosofia da história e virado as costas para a historiografia moderna.

A narrativa do moderno é baseada na sequência temporal dos acontecimentos históricos procurando singularizar a

formação da sociedade e da cidade. Nela, transparece o desejo explícito de retornar às origens e de reconstruir a formação da cidade. No entanto, exceto para a perspectiva positivista ou historicista clássica, respeitar a cronologia ou a sequência dos acontecimentos não pressupõe uma resposta de valor heurístico em si.

As políticas públicas de patrimônio isolaram os bens materiais do contexto do tecido urbano, uma vez que foram orientadas, unicamente, por critérios estéticos ou históricos. Tais políticas se inserem como um instrumento de preservação e conservação dentro de uma filosofia da história, que de acordo com as crenças iluministas, se ancorava na ideia de progresso. O maior problema das filosofias da história é pensar que existe um sentido na história, bem como o maior problema do positivismo é acreditar que os fatos ou acontecimentos existem independentes daqueles que os interpretam.

O desafio das políticas públicas seria abrir um diálogo com a moderna história social da cultura. Ao negligenciar a dívida para com a historiografia, a história da cidade vive obcecada pelas origens. Por isso, a geografia histórica ou a história da cidade se repetem em relação aos mitos fundadores. Por isso também, a geografia histórica e a história da cidade reproduzem as narrativas épicas, desde a

origem ou fundação até os dias atuais, quando, na realidade, o melhor caminho seria investigar a gênese de diversas narrativas.

Além disso, a ausência de uma historiografia contemporânea brasileira nos procedimentos metodológicos gera uma sombra sobre as suas conclusões teóricas. Tal procedimento, por um lado, dificulta o entendimento deste debate e, por outro, segmenta o texto em duas partes, uma teórica e metodológica e outra empírica, tornando menos clara a sua compreensão. O fato deste tipo de abordagem ter proporcionado um veio produtivo e extremamente rico, tanto para a historiografia, quanto para a geografia histórica, não significa, entretanto, que esteja desprovido de críticas.

A narrativa histórica encerra todo o valor em uma dinâmica temporal que emerge reificada nas políticas públicas de patrimônio. A falta de investigação das bases de formação do território da cidade ou o avanço das forças produtivas revela o caráter pontual destas políticas. Continuidades e rupturas são fundamentais para o entendimento da história enquanto categoria de análise, todavia, somente a crítica da escrita da própria história, ou melhor, a crítica da historiografia, consegue evidenciar as descontinuidades ou rupturas no processo. Em outras palavras, a historiografia usava o recurso

da sucessão de tempos como explicação histórica.

O resultado da investigação dos arquivos e da inserção na historiografia é por si só, o melhor recurso para se evidenciar os conflitos, criticar as fontes e evitar a sedução do pensamento evolutivo. Privilegiar a sucessão de tempos como categoria explicativa, empalidece a dinâmica política e o espaço passa a ser compreendido como uma espécie de tabula rasa local dos interesses externos. Tal perspectiva obscurece a realidade e, embora se baseie na compreensão da totalidade, deixa escapar as minúcias da realidade local.

A opção metodológica seguida por estas políticas deixou uma herança cristalizada em pedra e em cal. No entanto, esta opção invisibiliza outras histórias e silencia outras vozes que também participaram da construção deste imenso artefato cultural que é a cidade. Em outras palavras, o espaço humano é quase sempre o resultado do encontro de diferentes histórias, ainda que quase sempre, a construção desse espaço humano tenha sido inevitavelmente, acompanhada de violência extrema. A cidade foi erguida graças ao labor dos trabalhadores e sua memória encontra-se nas sombras. As cidades são, literalmente, os resultados da conquista e da adaptação de um grupo adventício em um cenário natural adverso.

É inquestionável o fato de as circunstâncias históricas das cidades serem o resultado da ação humana sobre o quadro natural. Caberia, portanto, às políticas públicas de valorização da memória, iluminar a contribuição daqueles que foram obscurecidos pela própria história.

A grande erudição adquirida pela historiografia propiciou um arsenal teórico e metodológico na busca de compreender a singularidade das cidades e explicar o processo histórico de adaptação de populações adventícias ao quadro natural através da noção da conquista, transformação e progresso. A história como ideia de progresso tem um sentido e, este sentido, conduz inevitavelmente, como uma saga épica, à narrativa dos vencedores. São estes que imprimem sua memória às paisagens urbanas.

Tais políticas compreendem a história como uma ideia de progresso, como o paradigma iluminista, em virtude disso, agem na intenção de proteger os bens isoladamente. O trabalho daquele que se dedica a preservar o passado deve ser o de contestar narrativas pretéritas, pois os fatos históricos não têm realidade objetiva, ou melhor, eles existem apenas como reconstrução, portanto, o conhecimento histórico é sempre subjetivo. O passado não existe sem os historiadores, pois, são estes que colocam a narrativa e a cronologia no passado. A narrativa

histórica estabelece e controla o ritmo do tempo. A história não pode se confundir com a evolução urbana, nem com a trajetória da cidade, nem tampouco deve pensar o tempo de maneira linear ou progressiva.

O trabalho das políticas de patrimônio recupera os vestígios da cidade e os organiza em uma narrativa linear e evolutiva, mas, ao mesmo tempo, congela o passado em uma realidade objetiva. Criar um passado é, certamente, um elemento essencial de identidade individual e coletiva, contudo, construir o presente pelo passado é produzir uma narrativa linear e evolutiva e negar que a historiografia seja exatamente aquilo que ela é, uma sequência interminável de leituras sobre o passado.

Embora possa parecer estranho, a descontinuidade é tão importante quanto a continuidade para aquele que se debruça sobre a cronologia. Fazer a história da cidade é saber quando um discurso nasce e decodificar o seu papel na legitimação das transformações urbanas, bem como, é saber quando ele deixa de ser eficaz, pois não tem mais interferência sobre o real.

As políticas públicas de patrimônio nos tornam íntimos das transformações urbanas, e isto, gera, certamente, a afinidade de uma memória afetiva, entretanto, o tempo histórico pressupõe uma mediação. A relação presente passado não é uma relação natural, pois esta vai

sempre estar mediada pela escrita da história. A história não se resume a uma sucessão de tempos. A história é, sobretudo, construção.

Nesta jornada triunfante em direção à civilização, séculos, povos e nações desfilam ante os olhos do leitor que, encantado com a circunstância contemporânea de progresso técnico, não percebe, as intrigas produzidas pelos discursos, as estratégias de legitimação de interesses políticos e econômicos, o modo como os documentos são escritos, o jogo dos poderosos, as condições aviltantes que são oferecidas aos vencidos, as narrativas vitoriosas produzidas por classes mais favorecidas. Não é o tempo histórico que explica o fenômeno, aliás, o tempo histórico não explica nada. Para se compreender como o tecido da sociedade e da cidade é produzido, há que se debruçar sobre as relações de poder entre os indivíduos que habitam na polis.

O saber geográfico e a historiografia se revelaram totalmente comprometidos com os ventos que traziam os novos tempos nas duas primeiras décadas do século XX. Uma filosofia que garantia um sentido à história da cidade, que prometia evolução, que acenava com a modernidade. Conseqüentemente, esta abordagem sombreou a perspectiva, no que diz respeito à crítica dos novos paradigmas, que estavam sendo implantados na ótica da

importação, reformulação ou apropriação de modelos externos de intervenções urbanas e sociais de sua época.

As políticas de patrimônio cultural nacional adotada pelos poderes públicos no Brasil desde a década de 1930, com a criação do SPHAN, se desdobraram nas políticas públicas adotadas pelos órgãos estaduais e, mais tarde, na adoção de medida de preservação e conservação na esfera municipal. Com isso, várias pequenas e médias cidades brasileiras adotariam a partir da Constituição de 1988, políticas de patrimoniais de preservação e conservação dos bens materiais. O caso da cidade de Viçosa, na Zona da Mata Mineira, contribui não apenas para a compreensão do contexto histórico em que tais políticas foram implantadas, mas, sobretudo, permite a discussão de uma metodologia investigativa sobre os usos da memória a guisa de intervenção na paisagem urbana.

Arquitetando memórias e remodelando a paisagem urbana: análise das políticas públicas patrimoniais no município de Viçosa (MG), entre 1980 e 2010._____

As práticas patrimoniais, a valorização da memória e da identidade e as políticas públicas de preservação do patrimônio, são aqui entendidas como práticas próprias de um determinado

momento histórico. Por essa razão, consideramos que a problematização do patrimônio permite uma compreensão maior a respeito da própria sociedade que o valoriza e deseja preservar, do que do passado que ele supostamente evoca.

Realizamos uma análise de caráter historiográfico dos discursos identitários que se tornaram oficiais em Viçosa, ao longo das décadas de 1980, 1990 e 2000, além da constituição de seu patrimônio histórico cultural através de políticas públicas. Tratou-se de uma proposta de reflexão acerca das transformações sofridas pela paisagem urbana de Viçosa, ao longo daquele período e dos discursos mobilizados por determinados setores da sociedade local, no sentido de oficializar nos espaços públicos as suas referências identitárias e as suas memórias. Evidentemente, essa leitura a contrapelo do processo de patrimonialização expôs os conflitos de interesses entre grupos sociais distintos. E a análise desses conflitos ajuda a compreender melhor o contexto abordado.

O trabalho teve como principal objetivo analisar o processo de constituição do patrimônio histórico da cidade de Viçosa, no estado de Minas Gerais. O período em que esse processo ocorreu está compreendido entre os anos de 1990 e 2010. No entanto, ao longo da pesquisa percebemos a importância de analisar

alguns discursos que datam da década de 1980. Por essa razão, o recorte cronológico acabou abarcando os trinta anos entre o final do século XX e a primeira década do século XXI.

A análise incidiu, principalmente, sobre discursos identitários e memorialistas, além de políticas públicas de patrimonialização desenvolvidas no município no período analisado. A análise dos discursos nos permitiu identificar e compreender conflitos que se desenvolveram no decorrer do processo de patrimonialização de alguns bens. Procuramos identificar os grupos sociais direta ou indiretamente relacionados à elaboração de políticas públicas patrimoniais em Viçosa, analisando seus interesses e possíveis formas de conciliação.

A pesquisa empírica embasou-se na análise de fontes primárias, como os textos publicados no semanário Folha da Mata, publicado em Viçosa. Foram utilizados também, os documentos do Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico da Prefeitura Municipal de Viçosa (PMV). Entre eles, constam Atas das reuniões do Conselho Municipal de Cultura, Patrimônio Cultural e Ambiental de Viçosa (CMCPCAV), correspondências internas e externas emitidas ou recebidas pela Secretaria Municipal de Cultura, documentação enviada pelo Município ao

Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA) de Minas Gerais para fins de captação dos recursos referentes ao “ICMS Cultural” (Lei “Robin Hood”), registros de atividades de “Educação Patrimonial” realizadas no Município, entre outros. Utilizamos ainda, textos publicados em blogs de dois arquitetos e um jornalista. Nesses diários virtuais, encontram-se discussões de assuntos gerais relacionados à cidade e questões específicas referentes ao seu patrimônio histórico. Além desses, foram utilizados como fontes, alguns livros de caráter memorialista, escritos por moradores de Viçosa. Dados do IBGE e do IEPHA também subsidiaram nossas análises.

Além da análise de fontes, a pesquisa embasou-se teórica e metodologicamente nos trabalhos de diversos teóricos das Ciências Humanas, sobretudo nas áreas de História, Sociologia e Antropologia. Estudos sobre metodologia histórica, memória, identidade e patrimônio histórico foram importantes, nesse sentido. No que diz respeito à “história” de Viçosa e à análise de alguns aspectos relacionados à cidade, utilizamos monografias, dissertações e artigos publicados, principalmente, por geógrafos e arquitetos.

A teia de significados que compõem o imaginário social de uma parcela da população, já há algum tempo, vem sendo

tomada como ponto de partida para análises da historiografia em particular e das Ciências Humanas em geral.

Os bens protegidos, frutos da ação de um grupo social ajudam a compor a paisagem da cidade. Assim, analisar as práticas patrimoniais e seu processo de construção nos dá acesso à subjetividade desse grupo social. Esse caminho nos leva ao questionamento das razões e dos interesses que estão por trás das ações e dos conflitos que se desenvolveram no processo.

Em sua genealogia do patrimônio Françoise Choay explica como diferentes sociedades, em seus respectivos momentos históricos, constituíram um pensamento específico acerca dessa noção e enfatiza a importância dos discursos que foram e continuam sendo criados para estabelecer critérios de seleção e práticas de preservação patrimonial. No que diz respeito a essas práticas no mundo contemporâneo, a autora afirma que elas fazem parte de um novo ideário Ocidental inaugurado com a Revolução Francesa e com o advento da era industrial¹¹.

Sem dúvida, é um ganho que bens e práticas, marginalizados durante muito tempo, passem, a partir de então, a merecer a atenção de órgãos públicos e da sociedade civil. É igualmente importante, que grupos sociais que antes não se viam representados nos próprios patrimônios,

passem a ter a oportunidade de ver preservados seus valores culturais. Por outro lado, existe um grande risco de que se perca o sentido do patrimônio em meio à essa frenesi de preservar “tudo” para valorizar “tudo”. É a isso que Françoise Choay se refere quando menciona o fenômeno do “complexo de Noé”, ou seja, uma espécie de “inflação patrimonial” que a autora percebe na sociedade contemporânea¹².

Num apego exacerbado ao passado, estaríamos entrando numa espécie de paranoia patrimonial que deseja guardar relíquias de tudo e isso seria a manifestação de uma crise social. Segundo Choay isso ocorre em parte devido à transformação do patrimônio em mercadoria altamente lucrativa, que oferece ao mesmo tempo saber e prazer como “produtos culturais” prontos para serem consumidos. Todavia, não se trata apenas de uma questão mercadológica, pois, segundo a autora, vive-se um “narcisismo” em relação ao patrimônio. Ele seria visto como um espelho no qual a sociedade deseja se enxergar o tempo todo. O apego à própria imagem estaria ligado a uma crise de identidade e a uma noção totalmente idealizada do passado. Esse último se tornaria uma válvula de escape ou uma zona de conforto para uma fuga do momento crítico presente¹³.

Françoise Choay afirma que, no

geral, o sentido do patrimônio está relacionado à ideia de herança¹⁴. As justificativas e as práticas variam, mas, a ideia de que o patrimônio é algo que se pretende deixar para a posteridade é recorrente no mundo ocidental contemporâneo. No entanto, nossa preocupação concentra-se menos na questão da herança que o patrimônio supostamente representa e na consequente necessidade de sua preservação, e mais no entendimento dos discursos e interesses que estão em voga no momento em que as justificativas para a patrimonialização são criadas. Em geral elas são forjadas por um determinado grupo social e atendem às suas expectativas ideológicas.

Por outro lado, não se deve considerar que a ideia construída em torno do patrimônio seja simplesmente imposta à sociedade por uma determinada classe que então a manipula completamente. Existe também uma adesão por parte da sociedade que, segundo Lowenthal, se manifesta pela fusão consciente ou inconsciente de memórias individuais às coletivas¹⁵. Ou, como explica Françoise Choay, deve-se considerar que, diante das instabilidades do presente, um passado idealizado que dá identidade e remete a aspectos positivos desse grupo, podem se tornar grandes atrativos, pois atendem aos anseios das pessoas¹⁶.

Nesse sentido, Walter Benjamin em

sua análise sobre a História ressalta a importância do distanciamento entre o pesquisador e o objeto observado. Assim, o historiador que analisa a questão do patrimônio, tal como o “Angelus Novus de Klee”, deve afastar-se do que convencionalmente se chama “tradição” ou “herança” e buscar compreender os mecanismos utilizados para a construção desses discursos. Segundo Benjamin, nisso consistiria o trabalho principal do historiador: desmontar os discursos ou “escovar a história a contrapelo”.¹⁷

David Lowenthal analisa diversos mecanismos que dão suporte ao exercício de tentar conhecer o passado, tais como a História e a Memória. Para ele ambas são muito semelhantes porque são residuais, no sentido de que utilizam resquícios do passado, mas nunca o apreendem em sua totalidade¹⁸. Em síntese, Lowenthal trabalha com a ideia de que o passado é um construto de pessoas que partem de questões do seu próprio tempo, aproveitam resíduos do passado a que têm acesso e tentam dar a eles explicações e significados tornando-os inteligíveis através de uma narrativa.

Ao analisar o patrimônio como algo historicamente construído, é imprescindível abordar também o papel da memória como elemento fundamental nesse processo. Nesse caso destacamos o trabalho de Jacques Le Goff, por suas

discussões acerca dos monumentos históricos, da memória individual e coletiva, além da diferença entre História e Memória¹⁹. As discussões sobre o processo de elaboração das memórias coletivas, realizadas por autores como Michael Pollak²⁰, que trata dos “esquecimentos” e das “memórias subterrâneas”, foram igualmente, importantes para esta análise. Também foram fundamentais, as contribuições de Pierre Nora²¹, que trata de “lugares de memória” e “sociedades memoriais”, conceitos que deram suporte às análises aqui propostas.

Partindo do princípio de que a história e a memória são narrativas estabelecidas por pessoas de acordo com seu próprio tempo histórico, e tomando o patrimônio como uma grande expressão da história e da memória, optamos por fazer uma análise dos discursos em torno das questões patrimonialistas. Acreditamos que seja importante não apenas compreender as razões do processo de patrimonialização, mas, sobretudo, para entendermos como este se dá na prática e, evidentemente, as suas implicações.

O primeiro problema abordado foi a análise da memória coletiva tornada oficial em Viçosa, acerca da origem e do desenvolvimento da cidade, entre o início do século XIX e o final do século XX. Procuramos analisar tal discurso

memorialista e os grupos sociais que o defenderam em Viçosa, no período compreendido entre as décadas de 1980 e 1990.

Para tanto, utilizamos como fontes principais, a obra bibliográfica da professora Maria do Carmo Tafuri Paniago²², sobre Viçosa, textos publicados em blogs de moradores da cidade e artigos do jornal Folha da Mata. Para a discussão teórica, além dos autores já mencionados, cujos trabalhos embasam nossa análise, utilizamos também trabalhos monográficos, dissertações e teses de diversas áreas como Geografia, História e Arquitetura, que tiveram Viçosa como principal objeto de estudo.

Na obra de Maria do Carmo T. Paniago, que consideramos uma importante memorialista de Viçosa, percebe-se um esforço em oferecer uma narrativa histórica e definir as características sócio-econômicas e culturais da cidade, desde a sua formação, datada do início do século XIX, até a década de 1980 quando os trabalhos estavam sendo publicados. Por estar ligada à Universidade Federal de Viçosa seu trabalho tinha caráter acadêmico e isso conferia ainda mais peso à chancela de uma determinada memória social sobre e para a cidade.

Segundo a narrativa oficializada, Viçosa teria surgido na região da Zona da Mata Mineira na transição do século

XVIII para o XIX, no momento da crise da economia mineradora. A chegada da ferrovia (linha de ferro Leopoldina Railway) é apresentada como um momento importante de “chegada do progresso”, principalmente, pela ligação com a então capital da República, a cidade do Rio de Janeiro. A ligação com políticos importantes também é outro marco de destaque. Nesse caso, a figura de Arthur Bernardes, considerado “viçosense ilustre”, o qual realizou importantes obras para a cidade, tendo ocupado cargos municipais, de governador de Minas Gerais e, posteriormente, de presidente da República, entre 1922 e 1926. Seu principal legado para Viçosa é a construção da antiga Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), transformada em Universidade Federal de Viçosa (UFV) em 1969.

Essa narrativa oficial sobre a história de Viçosa ainda inclui como destaque, uma crítica à federalização da instituição criada por Arthur Bernardes na década de 1920, alegando a perda do “caráter bernardista”, associado à cultura, educação, proximidade entre professores e alunos da instituição e ligação próxima com a cidade de Viçosa. Em oposição, a UFV é considerada uma instituição de valores universais, portanto, descolada da localidade, que teria trazido mais impessoalidade e um distanciamento entre

as pessoas ligadas a ela e entre ela própria e a cidade de Viçosa.

No contexto dessa narrativa oficial, esse foi nosso principal ponto de análise. A federalização da antiga ESAV é considerada o episódio que afastou Viçosa de sua mais importante instituição, porque conferiu a ela novos valores. Além disso, a ampliação da Universidade atraiu maior número de moradores para a cidade. Esses “forasteiros” são considerados responsáveis por uma “descaracterização cultural” da cidade e, daí o surgimento de trabalhos como o da professora Paniago, no sentido de mapear o folclore, as tradições, a história oficial, enfim, definir uma cultura local em oposição ao que era entendido como uma “invasão cultural” e uma perda das tradições por alguns grupos sociais locais.

Esse discurso, oficializado a partir da década de 1970 por memorialistas de Viçosa, passou a ser tomado como ponto de partida para propostas políticas, desenvolvimento de políticas públicas e até mesmo para trabalhos acadêmicos que tiveram Viçosa como objeto de estudo. Assim, pesquisas sobre questões sociais, problemas de infra estrutura urbana, questões ambientais ou econômicas sobre Viçosa, por exemplo, partem dessa narrativa histórica da cidade e a utilizam como ponto de partida para hipóteses, argumentos e conclusões. Ou seja, o discurso identitário local foi oficializado e naturalizado.

Consideramos importante a análise dessa narrativa oficial sobre a história de Viçosa, pois, as políticas de patrimonialização que começaram a se realizar no município no final da década de 1990, também se basearam naquele discurso. É com base nos “grandes acontecimentos” e nas “grandes personalidades” eleitos por essa narrativa tornada oficial, que foram selecionados os bens materiais eleitos como suportes dessa memória social.

Por essa razão, consideramos importante analisar a relação que fizeram determinados grupos sociais de Viçosa, entre o processo de federalização da UFV e as mudanças sócio culturais por ela provocadas na cidade. Tal discurso motivou o estabelecimento de uma identidade local criada em contraposição ao que era entendido como uma “invasão cultural”, da parte dos estudantes e profissionais atraídos à cidade pela UFV. Procuramos elencar os pilares de sustentação de tal discurso identitário, bem como, enfatizar os indivíduos envolvidos no processo e seus respectivos papéis sociais no período abordado.

A análise de volumes do jornal Folha da Mata publicados nas décadas de 1980 e 1990 nos trouxe uma nova questão, a respeito do desenvolvimento do turismo em Viçosa, naquele período. Por meio da análise dos discursos mobilizados por políticos e

empresários de Viçosa em torno da questão do turismo, procuramos demonstrar como a cidade inseriu-se no contexto nacional de valorização da diversidade cultural, dos recursos naturais, das paisagens, das tradições, como meios para obter recursos financeiros. Nesse contexto, é importante destacar os debates em torno da definição de uma “identidade turística” para a cidade. Grupos com interesses políticos, econômicos e sociais, debateram durante a década de 1990, o potencial turístico de Viçosa e a identidade que seria oferecida como atrativo aos turistas.

Percebe-se um impasse político dividido entre o interesse de estimular atividades turísticas de grande potencial econômico, como grandes festas de bebida liberada, por se tratar de uma “cidade universitária”. Por outro lado, um grupo conservador, defendendo a criação de um Memorial em homenagem a Arthur Bernardes e ao “resgate” das tradições para oferecer um turismo mais cultural e, segundo eles, mais adequado à moral e aos costumes locais. Portanto, não é apenas de turismo que se está falando, mas, principalmente, de uma identidade local que está sendo forjada e do jogo de interesses que esse processo implica. Para nós, não se trata, evidentemente, de identificar o perfil turístico de Viçosa, mas, de explicitar o processo de forças que se contrapuseram no cenário local da década de 1990 e perceber

naquele contexto, as vozes que puderam gritar e as que foram silenciadas; as memórias que foram matizadas e as que foram empalidecidas.

Diante dessa preocupação em desenvolver o turismo local a preservação do patrimônio histórico cultural da cidade, começa a ser cogitada de forma mais direta e enfática, como uma das possibilidades de desenvolver aquela indústria no município.

Após analisar o processo de constituição de um discurso identitário local, chegamos à nossa última questão: o Conselho Municipal do Patrimônio e seu trabalho na seleção e defesa do patrimônio de Viçosa. Para tanto, utilizamos as atas das reuniões do CMCPA, desde sua criação na segunda metade da década de 1990 até 2010, período em que foram realizados os tombamentos dos bens patrimoniais de Viçosa.

A análise demonstra que as preocupações de determinados grupos sociais em preservar a memória e estabelecer os elementos de uma identidade local, o desenvolvimento do setor do Turismo e a defesa do patrimônio histórico-cultural e arquitetônico de Viçosa, estiveram intimamente ligados. Não necessariamente numa simples relação de causa e consequência, mas, poderíamos dizer que todos esses elementos fizeram parte de uma mesma trama discursiva. Tal debate, evidentemente, não perpassou toda a

comunidade de Viçosa, mas concentrou-se, sobretudo, entre grupos ligados à UFV, e mais especificamente ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU) da UFV e à Prefeitura Municipal de Viçosa, sobretudo, a Secretaria Municipal de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo (SMCELT) e o CMCPA.

Primeiramente procuramos demonstrar as duas primeiras partes daquela tríade: a elaboração de uma identidade local e a preocupação de políticos, intelectuais e empresários de Viçosa com o desenvolvimento do Turismo. A partir de então, procuramos apresentar as principais políticas públicas, ao mesmo tempo decorrentes e intensificadoras, do amplo debate que as antecedeu. Seja pela “defesa da memória e da identidade”, seja pela melhoria da qualidade de vida ou ainda, para melhorar a infra estrutura urbana, o que se verá, por parte do poder público municipal de Viçosa, a partir da segunda metade da década de 1990, é uma preocupação em desenvolver políticas que viabilizassem tais objetivos. Nesse ínterim é que foram criados o Plano Diretor de Viçosa (PDV), o CMCPA, o Museu Casa Arthur Bernardes (MCAB) e os decretos de tombamentos municipais.

Reginaldo Santos considera mutualística a relação entre o discurso da perda e a criação de relíquias a serem preservadas²³. Considerando esse movimento dialético, pode-se dizer que, a

partir de um determinado momento, marcado pelo processo acelerado de modernização das cidades e dos padrões sociais, especialmente os relacionados à produção e ao consumo, houve uma preocupação com a defesa de elementos que constituíam as antigas paisagens daquelas cidades. Num contexto de mudanças tão rápidas e profundas, teve início, paradoxalmente, um movimento em sentido contrário: não permitir que tudo fosse derrubado e refeito, frear a modernização, preservar alguns ícones que pudessem servir como pontos de referência ao passado, em meio a uma avalanche “progressista” ou modernizadora.

Essa modernização acelerada, datada a partir da década de 1970, teria provocado o que José Reginaldo Gonçalves, chamou de “retórica da perda”, ou seja, um discurso amplamente divulgado, segundo o qual, algo estaria se perdendo em meio a tantas mudanças. Esse algo estaria relacionado à identidade dos grupos sociais e à sua memória, às suas tradições culturais e o caminho para frear esse processo seria criar meios legais para salvaguardar os resquícios de “originalidade” ou ainda obras primas consideradas de “excepcional valor”.

Dominique Poulot²⁴ enfatiza a necessidade de o historiador interpretar todo esse processo vivido pela sociedade ocidental contemporânea, desmitificando o patrimônio e demonstrando os bastidores

que erguem o espetáculo patrimonial. Segundo o autor, deve-se, primeiramente, assumir que o patrimônio não é uma simples herança do passado que traz em si um valor próprio, mas, antes, trata-se de um processo de valorização, com base em necessidades do presente e em uma visão idealizada do passado.

Por essas razões em todo o percurso do trabalho tivemos a intenção de demonstrar como é arquitetado o pensamento que leva à constituição de um bem tombado e elevado à categoria de patrimônio histórico-cultural. Miramos os exemplos de trabalhos como os de Márcia Chuva²⁵ e Maria Cecília Londres Fonseca²⁶, que promoveram um esforço intelectual no sentido de demonstrar a trajetória de elaboração do pensamento e das políticas públicas patrimoniais no Brasil, bem como suas consequências, ou seja, o conjunto patrimonial brasileiro constituído a partir deles. Esse mesmo exercício é o que procuramos fazer, para demonstrar, no caso específico de Viçosa, quem são as pessoas envolvidas, quais elementos culturais serão operacionalizados para a elaboração de um discurso identitário e patrimonialista e como isso se desdobra em uma paisagem urbana, marcada fisicamente pelos valores elaborados e defendidos por determinado grupo de intelectuais e políticos em um determinado contexto.

Procuramos identificar os membros

do CMPCAV e seus lugares sociais, bem como os discursos por ele mobilizados para justificar tombamentos e demolições e arbitrar outras questões relacionadas ao campo do patrimônio cultural. É curioso notar como arquitetos e professores da UFV, jornalistas, políticos, artistas e outras personalidades de Viçosa, que, desde as duas décadas anteriores vinham protagonizando o processo de elaboração do discurso identitário local, agora eram convidados a compor o conselho do patrimônio e continuavam sua militância pela preservação do patrimônio em nome da preservação da memória e da identidade locais.

Outro ponto importante que analisamos foi a influência da legislação estadual de Minas Gerais sobre as práticas de proteção ao patrimônio cultural no município de Viçosa. Percebe-se como a “Lei Robin Hood” provocou uma explosão de proteção ao patrimônio em Minas Gerais a partir da década de 1990, tendo envolvido 656 dos 853 municípios do Estado, nas atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2015, segundo dados do IEPHA²⁷. Também fica evidente a maneira como os técnicos do IEPHA acabam por moldar as práticas patrimonialistas dos municípios mineiros e por determinar o que é ou não patrimônio, quais as características que um bem precisa ter para ser considerado patrimônio, como ele deve ser preservado, etc. Ainda que

devamos reconhecer que se trata de um órgão do Governo, que tem a função de estabelecer critérios de seleção e proteção de bens patrimoniais, e a necessidade de que isso seja feito, sobretudo, por envolver repasses financeiros, não podemos nos esquivar de uma análise crítica sobre tais ações. Para o bem ou para o mal há critérios, há seleções, os pontos não são atribuídos aleatoriamente e os municípios precisam adequar sua visão acerca do patrimônio e acerca das formas de preservá-lo, de acordo com os critérios pré-estabelecidos, se quiserem pontuar e captar a verba referente à Lei “Robin Hood”.

Quase que como uma resposta imediata à Lei “Robin Hood”, foi assinada em Viçosa no dia 15 de outubro de 1996, Prefeito Municipal, a Lei 1.143/96. Segundo o “caput”, a Lei estabelecia “normas de proteção do patrimônio histórico, artístico, paisagístico, arqueológico, paleontológico, turístico, cultural, científico e ambiental do município”²⁸. Mais uma vez é possível perceber como o patrimônio protegido é o resultado de um processo elaborado por determinados grupos que estabelecem critérios de seleção e salvaguarda. Sendo assim, mesmo que seu objetivo final seja a representação das referências culturais de grupos sociais, são os órgãos públicos e os intelectuais a eles relacionados que acabam por definir o que será ou não iluminado pelos holofotes sócio-políticos.

É claro que muitas práticas e bens materiais importantes são preservados, graças a essas políticas e é igualmente verdade que outros tantos caem no esquecimento ou não são elevadas aos mesmos patamares de importância por não se adequarem àqueles mesmos critérios. Para nosso objetivo, interessa destacar que o patrimônio que se recebe de herança não nos vem ao acaso, como um simples legado do passado. Pessoas específicas, por razões específicas, relacionadas ao seu presente e não ao passado, baseadas em concepções de sua época, estabelecem critérios de seleção, atribuem importância, legislam, chancelam determinadas versões de histórias e deixam um legado às gerações futuras. Os bens tombados não são monumentos que algumas mentes esclarecidas têm a capacidade de identificar nas paisagens. Eles são elementos culturais selecionados e monumentalizados de acordo com a sociedade e o tempo histórico que os elaboram intelectualmente e os realizam através de políticas públicas.

Ainda no ano de 1996 foi criado o CMPCAV, pela Lei Municipal N°1147/96. De acordo com o primeiro Regimento aprovado para o CMPCAV, este teria por finalidade, tendo nisso absoluta prioridade, a efetivação do cadastramento de bens móveis e imóveis, a proteção e o estímulo à preservação dos bens de valor cultural e/ou ambiental e a deliberação quanto às normas

da política cultural, artística, paisagística e ambiental do município de Viçosa²⁹. Ainda segundo este documento, o Conselho seria formado por representantes de diferentes entidades de Viçosa, tais como a SMCELTP, o Departamento Municipal de Patrimônio, a SME, a SMMA, a UFV, representada pela Divisão de Assuntos Culturais (DAC/UFV) e pelos Departamentos de Direito, Arquitetura e Letras, a Associação Comercial de Viçosa (ACV), um profissional com conhecimentos específicos em História, além de representantes de entidades culturais sem fins lucrativos.

Considerações Finais_____

A paisagem urbana é um texto que vamos construindo e reconstruindo continuamente. Entretanto, em meio às agitações cotidianas, substitui-se o olhar atencioso e observador do “flaneur”³⁰ e muitos aspectos importantes deste “texto” podem passar despercebidos. Compreender as relações que se estabelecem numa cidade, requer proximidade com seu ritmo natural e cotidiano, pois, entre o que está previsto para ocorrer nela e o que realmente ocorre, há muitos descompassos.

Flanar por Viçosa hoje é ter a oportunidade de ler um texto do qual algumas partes foram “escritas” pelo CMCPHAV. Como órgão do Poder Público Municipal, durante os nove anos de

trabalhos que pudemos acompanhar por meio das Atas de suas reuniões, o Conselho arbitrou entre demolições e tombamentos, legislações municipais tiveram seus projetos feitos pelos conselheiros e o município arrecadou recursos do ICMS Cultural. Todos os bens tombados como patrimônios de Viçosa até hoje, foram frutos das discussões ocorridas durante aqueles anos e, portanto, para o bem e para o mal, a atual paisagem de Viçosa, marcada pelos bens patrimoniais, é o resultado dos trabalhos desenvolvidos por aquele grupo de políticos e intelectuais que entre 1998 e 2010 estiveram à frente do CMCPHAV.

Observou-se a grande influência do IEPHA definindo uma matriz de seleção e proteção aos bens de valor histórico, cultural e ou arquitetônico dos municípios do Estado de Minas Gerais, devido ao atrativo do recurso financeiro por meio do ICMS Cultural. Vimos ainda, como os interesses políticos e econômicos perpassam a questão do patrimônio, revelando que ele não é apenas fruto de demandas sociais pela valorização da cultura, das tradições, mas também frutos das negociações frente ao direito da propriedade privada e aos interesses imobiliários e da construção civil. E, por fim, também foi possível notar a grande influência da noção do que vem a ser patrimônio histórico e especificamente, do que é patrimônio histórico no Brasil. A predominância do patrimônio de pedra e cal,

a noção de que o bem possui valor em si mesmo por constitui uma espécie de elo com o passado, de que a memória coletiva existe em si mesma e pode ser “preservada ou resgatada” ou de que Viçosa tenha dificuldades em captar recursos por não ser uma “cidade histórica”. Talvez uma das explicações para tudo isso seja a predominância de arquitetos à frente dos trabalhos do CMPCAV.

A análise das Atas das reuniões do Conselho permitiu averiguar que, apesar da existência de outros conselheiros, representantes de órgãos educacionais e entidades culturais da cidade, a grande maioria das propostas, dos inventários e dossiês, dos laudos permitindo ou não demolições ou indicando tombamentos, foram elaborados por arquitetos. Não restam dúvidas de que a existência do DAU/UFV contribuiu sobremaneira para que Viçosa não só fosse elogiada por avaliadores do IEPHA – também predominantemente arquitetos – como também tenha atingido pontuações relevantes em alguns anos.

Observando os dossiês de tombamentos e os artigos escritos por arquitetos e membros do CMPCAV, nota-se que a bibliografia se reproduz com poucas alterações em todos eles. Juntos todos eles formam um grupo político e intelectual que elaborou e executou as políticas públicas de patrimônio em Viçosa ao longo das décadas

de 1990 e 2000. A avaliação destes atos para a cidade exigirá novas pesquisas. Nosso objetivo foi demonstrar como se deu o processo, quem foram seus protagonistas, quais as questões mais relevantes que surgiram no percurso e as soluções apresentadas a elas. Os resultados imediatos do processo podem ser vistos pelo Centro da cidade, no campus da UFV e no Bairro Silvestre. A paisagem urbana de Viçosa foi modelada de acordo com algumas memórias, alguns valores e determinados critérios. O texto foi escrito pelos intelectuais que elaboraram e cancelaram uma determinada memória acerca da cidade e está à disposição em sua paisagem, para ser lido e refletido.

Notas

¹ Este artigo não está sendo examinado para publicação por nenhum outro periódico ou editor.

² Autor (a) 2. Orientador(a): Autor 1.2016.

³ NUNES, Luna Brum. À sombra da luz: patrimônio e usos da memória na paisagem urbana do centro de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Viçosa – UFV (MG). Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. Orientador(a): Autor 1. 2017.

⁴ GUMBRECHT, Hans Ulrich. O Nosso Amplo Presente. O tempo e a cultura contemporânea. Tradução de Ana Isabel Soares. São Paulo: Unesp, 2015. P.15.

- ⁵ CARVALHO, Carlos Delgado de. História da cidade do Rio de Janeiro (1884-1980). Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1988. 126p. (Biblioteca Carioca). P.19.
- ⁶ Ibidem. P. 21.
- ⁷ Ibidem. Loc. Cit.
- ⁸ Ibidem. Loc. Cit.
- ⁹ ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Cia. Das Letras, 2008.
- ¹⁰ CARVALHO, Carlos Delgado de. Op. Cit. P.21.
- ¹¹ CHOAY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade/Editora UNESP, 2001. P. 138.
- ¹² CHOAY, Françoise. Op. cit. P.235-237.
- ¹³ Ibidem. P.248.
- ¹⁴ Ibidem. P.98.
- ¹⁵ LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. Projeto de História, São Paulo, nº17, nov. 1998. P.78-79.
- ¹⁶ CHOAY, Françoise. Op. cit. P.248.
- ¹⁷ BENJAMIN, Walter. "Sobre o Conceito de História". In: O anjo da História. Organização e tradução de João Barrento. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.P. 13-14.
- ¹⁸ LOWENTHAL, David. Op. cit. P.74.
- ¹⁹ LE GOFF, J. História e Memória. Campinas: Editora UNICAMP, 1996.
- ²⁰ POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.2, nº3, 1989, p.3-15.
- ²¹ NORA, Pierre. Entre memória e História. A problemática dos lugares. In: Projeto História, nº 10, p.7-28. São Paulo: PUC/SP, dez. 1993.
- ²² PANIAGO, Maria do Carmo Tafuri. Viçosa: mudanças Socioculturais. Evolução Histórica e tendências. Viçosa: Editora UFV, 1990.
- ²³ GONÇALVES, José Reginaldo. A retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1996 (Série "Risco Original").
- ²⁴ POULOT, Dominique. Uma história do patrimônio no Ocidente. São Paulo: Estação Liberdade, 2009. P.13.
- ²⁵ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Os Arquitetos da Memória. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- ²⁶ FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em Processo. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc/IPHAN, 2005.
- ²⁷ IEPHA, Minas Gerais. Publicação da Pontuação Provisória, exercício 2016. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br>. Página consultada em 05/01/16.
- ²⁸ Documentação do Departamento de Patrimônio da PMV. O arquivo do Departamento ainda não foi

criado, mas, a documentação está disponível para consulta.

²⁹ REGIMENTO, do Conselho Municipal de Cultura e do Patrimônio Cultural e Ambiental de Viçosa. s/d. Documentos do Departamento de Patrimônio da PMV.

³⁰ BENJAMIN, Walter. "Paris, capital do Século XIX". In: Passagens. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. P.39.

Referências bibliográficas_____

ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (orgs.). Memória e patrimônio. Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A Editora/FAPERJ/UNIRIO, 2003.

ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Cia. Das Letras, 2008.

BAUMAN, Z. Identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BENJAMIN, Walter. O anjo da História. Organização e tradução de João Barrento. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

BERNARDES, Rosilene. Ampulheta urbana: uma análise da construção da Universidade Federal de Viçosa e de sua influência na (des)construção da cidade de Viçosa – MG através das transformações no tempo e no espaço. Monografia para obtenção do título de Bacharel em Geografia. Disponível em CR-ROM. UFV, Viçosa, 2013.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989 (Col. "Memória e Sociedade").

_____. A Distinção: crítica social do julgamento. Trad. Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. 1ª reimp. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2008.

BURK, Peter. O que é História Cultural? Tradução Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CANDAU, Joël. Memória e Identidade. Trad. Maria Leticia Ferreira. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2014.

CARVALHO, Carlos Delgado de. História da cidade do Rio de Janeiro (1884-1980). Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1988. 126p. (Biblioteca Carioca)

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. Trad. Klaus Brandini Gerhardt. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CERTAU, Michel de. A Cultura no Plural. 7ª ed. Trad. De Enid Abreu Dobránszky. Campinas, SP: Papyrus, 2012. (Coleção Travessia do Século).

_____. A escrita da História. Tradução de Maria de Lourdes de Menezes. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. Andando na cidade. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, IPHAN, nº23, 1994.

CHARTIER, Roger. A história cultural: entre

práticas e representações. Tradução Lisboa: Delfi, 1988 (Col. "Memória e sociedade").

CHOAY, Françoise. A alegoria do Patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade/Editora UNESP, 2001.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Os Arquitetos da Memória. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CIVALE, Leonardo. Sobre Luzes e Sombras: A revitalização da Praça XV de Novembro no centro histórico da cidade do Rio de Janeiro e o papel da paisagem urbana como patrimônio cultural (1982-2012). In: Cadernos de Geografia. DOI 10.5752. V.25, nº44. 2015. P.134-148. 15 pp.

GIDDENS, Anthony. Modernidade e Identidade. Tradução de Plínio Dentzien. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2002.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1996 (Série "Risco Original").

GUMBRECHT, Hans Ulrich. O Nosso Amplo Presente. O tempo e a cultura contemporânea. Tradução de Ana Isabel Soares. São Paulo: Unesp, 2015.

HALL, Stuart. A identidade Cultural na Pós-Modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. Uma pesquisa sobre as origens da Mudança Cultural. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 14ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HOBSBAWN, Eric. E RANGER, Terence. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1984.

LADEIRA, José Dionísio. Viçosa é terna. Viçosa: Folha de Viçosa, 2003.

_____. Gente Viçosa. Viçosa: Editora UFV, 2004.

_____. Viçosa: uma saudade. Viçosa: Folha de Viçosa, 2004.

_____. Sempre Viçosa. Viçosa: Folha, 2009.

LE GOFF, J. História e Memória. Campinas: Editora UNICAMP, 1996.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. Projeto de História, São Paulo, nº17, nov. 1998. P.63-201.

NORA, Pierre. Entre memória e História. A problemática dos lugares. In: Projeto História, nº 10, p.7-28. São Paulo: PUC/SP, dez. 1993.

NUNES, Luna Brum. À sombra da luz: patrimônio e usos da memória na paisagem urbana do centro de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Viçosa – UFV (MG). Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. Orientador: Leonardo Civale, 2017.

PANIAGO, Maria do Carmo Tafuri. Viçosa: mudanças Socioculturais. Evolução Histórica e tendências. Viçosa: Editora UFV, 1990.

_____. Viçosa: tradições e folclore. 2ª ed. Viçosa: Editora UFV, 1983.

_____. Os voluntários de 32. Belo Horizonte: O Escriba, 1995.

_____. Retratos de uma cidade. São Paulo: Scortecci Editora, 2001.

_____. Hervé Cordovil: um gênio da MPB. São Paulo: Scortecci Editora, 1997.

PAULA, Karine de Almeida. A produção do espaço urbano vertical na Zona Central de Viçosa – MG, no período 1980-2012. Dissertação de Mestrado apresentada ao depto.

De Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2013.

_____. Urbanização, atividade imobiliária e adensamento urbano nos bairros Centro e João Braz em Viçosa (MG). 201. Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da UFV, 2011. 101folhas.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989. P.3-15.

POULOT, Dominique. Uma história do patrimônio no Ocidente. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PUPO FILHO, Cláudio e BARROS, Gustavo

Arantes. A arquitetura de Viçosa – MG, uma investigação histórica. DAU, Viçosa: 1997.

RIBEIRO FILHO, Geraldo Browne. A formação do espaço construído: cidade e legislação urbanística em Viçosa, MG. Rio de Janeiro: UFRJ/PROURB, 1997. 244 p. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.

RICOEUR, Paul. A memória, a História, o Esquecimento. Tradução de Alain François. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007 [2000] (Col. "Espaços da Memória").

SCHAMA, Simon. Paisagem e Memória. Trad. De HildegardFeist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

TODOROV, Tzvetan. "La memoria amenazada". In: Los Abusos de lamemoria. Paidós, 2000, Barcelona, pp.11-60.

BUILDING MEMORIES AND RESHAPING THE URBAN LANDSCAPE BETWEEN WORDS AND ROCKS: AN ANALYSIS OF PATRIMONIAL POLITICS IN VIÇOSA (MG) FROM 1980 TO 2010

ABSTRACT: THIS ARTICLE PROVIDES AN ANALYSIS ON THE PROCESS OF TRANSFORMATION OF THE URBAN LANDSCAPE CAUSED BY EQUITY POLICIES AIMED AT THE PRESERVATION OF SOME GOODS, ELEVATIONS TO THE CONDITION OF THE CITY'S HERITAGE. TO DO SO, THE ARTICLE IS DIVIDED INTO TWO PARTS: THE FIRST, MORE THEORETICAL CHARACTER, WE PRESENT AN ANALYSIS OF THE CONCEPT OF THE URBAN LANDSCAPE AND THE ROLE OF EQUITY POLICIES IN THAT LANDSCAPE TRANSFORMATIONS. IN THE SECOND PART, WE PRESENT EMPIRICAL DATA RELATED TO A RESEARCH WHOSE OBJECT OF STUDY WAS THE EQUITY POLICY DEVELOPED IN THE CITY OF VIÇOSA (MG) AT THE TURN OF THE 20TH CENTURY TO THE 21ST CENTURY. THE FOCUS OF THE INVESTIGATION OF THE STUDY HAS BEEN THE USES OF MEMORY AND OF MEMORIALÍSTICAS OR HISTORICAL NARRATIVES BY CERTAIN GROUPS OF THE POPULATION, AS WELL AS BY THE AUTHORITIES CONSTITUTED, AS STANDARDS FOR PUBLIC POLICIES OF CONSERVATION AND PRESERVATION OF THE HERITAGE AND, CONSEQUENTLY, CHANGES TO THE URBAN LANDSCAPE.

THEORETICALLY, THE STUDY IN QUESTION SHOWED WAS THAT, DESPITE THE EXPERTISE OF SPECIALISTS IN MEMORY OR USES IN URBAN SPACE, DYNAMIC PUBLIC POLICY INTERPRETED AND HERITAGE WORKED THE SO-CALLED HISTORICAL CONSCIOUSNESS BASED ON THE SENSE COMMON. IN THIS SENSE, THE HISTORICAL EXPERIENCE OF INTRODUCTION OF PUBLIC POLICIES FOR EQUITY INVESTIGATED IN THE CITY OF VIÇOSA, RESPONDS TO A CONCEPTION OF TIME AS IDEA OF PROGRESS, OF DIRECT OR INDIRECT WAY, GUIDED PUBLIC POLICY OF CONSERVATION AND PRESERVATION OF THE HISTORICAL AND CULTURAL HERITAGE AND THE CONSTRUCTION OF URBAN LANDSCAPES, IN BRAZIL, THROUGHOUT THE 20TH CENTURY.

KEYWORDS: EQUITY; MEMORY; IDENTITY; URBAN LANDSCAPE; CITIZENSHIP.

CONSTRUYENDO RECUERDOS Y REMODELANDO EL PAISAJE URBANO ENTRE PALABRAS Y ROCAS: UN ANÁLISIS DE LA POLÍTICA PATRIMONIAL EN VIÇOSA (MG) DESDE 1980 HASTA 2010

RESUMEN: ESTE ARTÍCULO PROPORCIONA UN ANÁLISIS SOBRE EL PROCESO DE TRANSFORMACIÓN DEL PAISAJE URBANO PROVOCADO POR ACCIONES POLÍTICAS ENCAMINADAS A LA CONSERVACIÓN DE ALGUNOS BIENES, ELEVACIONES A LA CONDICIÓN DE PATRIMONIO DE LA CIUDAD. PARA ELLO, EL ARTÍCULO SE DIVIDE EN DOS PARTES: EL PERSONAJE DE LA PRIMERA, MÁS TEÓRICO, SE PRESENTA UN ANÁLISIS DEL CONCEPTO DE PAISAJE URBANO Y EL PAPEL DE LAS POLÍTICAS DE EQUIDAD EN QUE TRANSFORMACIONES DEL PAISAJE. EN LA SEGUNDA PARTE, PRESENTAMOS DATOS EMPÍRICOS DE UNA INVESTIGACIÓN CUYO OBJETO DE ESTUDIO ERA LA POLÍTICA DE EQUIDAD SE CONVIRTIÓ EN LA CIUDAD DE VIÇOSA (MG) EN LA VUELTA DEL SIGLO XX AL SIGLO XXI. EL ENFOQUE DE LA INVESTIGACIÓN DEL ESTUDIO HA SIDO EL USO DE MEMORIA Y DE MEMORIALÍSTICAS O NARRATIVAS HISTÓRICAS DE CIERTOS GRUPOS DE LA POBLACIÓN, ASÍ COMO POR LAS AUTORIDADES CONSTITUIDAS, COMO NORMAS PARA HIDROFORESTAL DE CONSERVACIÓN Y PRESERVACIÓN DEL PATRIMONIO Y, EN CONSECUENCIA, CAMBIOS EN EL PAISAJE URBANO. EN TEORÍA, EL ESTUDIO EN CUESTIÓN MOSTRÓ FUE QUE, A PESAR DE LA EXPERIENCIA DE ESPECIALISTAS EN MEMORIA O USOS EN EL ESPACIO URBANO, INTERPRETADO DINÁMICA POLÍTICAS PÚBLICAS Y PATRIMONIO TRABAJÓ LA LLAMADA CONCIENCIA HISTÓRICA BASADA EN EL SENTIDO COMÚN. EN ESTE SENTIDO, LA EXPERIENCIA HISTÓRICA DE LA INTRODUCCIÓN DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA LA EQUIDAD EN LA CIUDAD DE VIÇOSA, RESPONDE A UNA CONCEPCIÓN DEL TIEMPO COMO IDEA DE PROGRESO, DE MANERA DIRECTA O INDIRECTA, GUIADA POR LAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CONSERVACIÓN Y PRESERVACIÓN DE LA PATRIMONIO HISTÓRICO Y CULTURAL Y LA CONSTRUCCIÓN DE LOS PAISAJES URBANOS, EN BRASIL, DURANTE EL SIGLO XX.

PALABRAS CLAVE: EQUIDAD; MEMORIA; IDENTIDAD; PAISAJE URBANO; CIUDADANÍA.